



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ANDERSON MORATORIO

EMENDA ADITIVA Nº 018/2024

**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE
LEI Nº 094/2024, QUE DISPÕE
SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2025 - LDO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Autores: Anderson Moratorio – **PRD**
Aurélio Goiano - **Avante**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ,
APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE
EMENDA:**

Art. 1º Acrescenta-se parágrafo único ao Art. 28 do Projeto de Lei nº 094/2024, com a seguinte redação:

Art. 28. (...)

Parágrafo único: Fica permitido aos servidores públicos, devidamente qualificados e com formação e expertise reconhecidas, em áreas técnicas específicas, inclusive saúde e docência, prestar serviços remunerados a projetos educacionais, esportivos, culturais e sociais fomentados pelo Município de Parauapebas, considerando o relevante interesse público, desde que respeitados os limites de carga horária estabelecidos pela legislação e as restrições impostas pela administração pública, sendo afixadas previsão de despesas na rubrica contribuições ou outras correlatas a formalização de parcerias com organizações da sociedade civil, conforme Lei Orçamentaria Anual e à luz da Artigo 45, Inciso II da Lei nº. 13.019/2019.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas, 24 de junho de 2024.

DARCI JOSÉ LERMEN
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ANDERSON MORATORIO

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa adequar o Projeto de Lei nº 094/2024 às demandas atuais da administração pública municipal, considerando a necessidade de flexibilização das regras para a prestação de serviços por servidores públicos em áreas técnicas específicas, como saúde e docência, em projetos educacionais, esportivos, culturais e sociais fomentados pelo Município de Parauapebas.

O texto que permite a apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) está contido no Regimento Interno desta Casa, conforme estabelecido no artigo 275 e artigo 278 da Resolução nº 8, de 15 de dezembro de 2016. Esses dispositivos conferem o respaldo necessário para a proposição de emendas que visam aprimorar e ajustar o conteúdo da LDO em conformidade com as necessidades e demandas locais.

Ademais, a presente emenda encontra fundamento legal no artigo 45, Inciso II, da Lei nº. 13.019/2019¹, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Este dispositivo prevê a possibilidade de servidores, devidamente qualificados e com formação e expertise reconhecidas, em determinadas áreas técnicas, inclusive saúde e docência, prestarem serviços em projetos educacionais, esportivos, culturais e sociais.

No âmbito municipal, a Lei nº 5.175/2022 também dispõe sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil, prevendo exceções em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014.

Essa exceção é relevante porque flexibiliza as regras para a participação de servidores públicos em atividades que contribuam para o alcance de finalidades de interesse público e recíproco, conforme estabelecido na referida lei. Permite-se, portanto, que profissionais já vinculados ao serviço público possam ampliar seu escopo de atuação, contribuindo para iniciativas

¹ Art. 45. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado:

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, **salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;**



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ANDERSON MORATORIO

que promovam o desenvolvimento social, cultural e educacional, sem que isso represente um impedimento legal.

Essa flexibilização reconhece a importância do conhecimento técnico e da expertise dos servidores públicos em áreas específicas para o sucesso e efetividade dos projetos sociais. Além disso, contribui para a otimização dos recursos humanos disponíveis, possibilitando uma maior capacidade de atendimento das demandas da sociedade.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 37, Inciso XVI, também respalda essa iniciativa ao prever a acumulação de cargos públicos em situações específicas, desde que observados os limites de carga horária e as restrições impostas pela administração pública. Portanto, a proposta de permitir que servidores municipais contribuam para projetos de relevância social, dentro dos limites legais, está em consonância com os princípios constitucionais.

Diante do exposto, considerando a legalidade e a relevância social da medida proposta, solicitamos aos nobres vereadores que aprovem a presente emenda ao Projeto de Lei nº 094/2024, garantindo assim a efetivação deste importante instrumento de política pública em nosso município.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2024.

Anderson Moratorio
Vereador – PRD

Aurelio Goiano
Vereador – Avante